

VII

PECADO (DO) CAPITAL, EXPRESSÃO E ARMA DA UNIDADE EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO: DESVENDANDO O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO EM TEMPOS DE BARBÁRIE*

Paulo Wesley Maia Pinheiro

Introdução

Ao contrário do que se repete no senso comum, religião, política e economia não são práxis dissociadas no modo de produção capitalista. Na sociabilidade centrada na exploração da força de trabalho livre, os pilares ideo-políticos liberais promoveram espaços circunstanciais de laicidade formal, ao mesmo tempo em que instituíram o complexo religioso hegemônico da Europa para a lógica moderna, construindo um lócus importante para os interesses da nova hegemonia colonial e imperialista.

Entre a emancipação política, a subjetividade jurídica e o Estado Laico, como uma formalidade liberal-burguesa, há um espaço preenchido pela materialização de relações concretas de afirmação do poderio judaico-cristão institucionalmente realizado como expressão ideológica que convive com a ideia da racionalidade formal-abstrata e com o ideário da cidadania burguesa.

Assim, os séculos de construção da sociedade do capital foram atravessados por distintas particularidades e, entre elas, àquelas que constituíram as características regionais do capitalismo colonial e dependente, onde o amadurecimento da burguesia e a mundialização do capital manifestou mediações reveladoras do papel contraditório da religião na consolidação e manutenção das estruturas de desigualdades de classe-raça/

*DOI – 10.29388/978-65-81417-79-6-0-f.191-224

etnia-gênero/sexo, do seu ethos normatizador e normalizador, da naturalização de projetos de manutenção de poder e administração das suas contradições inerentes.

Não por acaso (e nem por milagre), na atualidade, o protagonismo de setores religiosos na conjuntura política brasileira não é um fato periférico e nem resguarda uma atuação discreta. O processo de recrudescimento do conservadorismo conjuga uma associação explícita de grupos e lideranças evangélicas e das alas mais reacionárias do catolicismo que promovem debates e posições extremistas, preconceituosas e discriminatórias, potencializando opressões históricas e agudizando suas desigualdades.

Para desvendar a complexidade do nexos político do conservadorismo religioso é fundamental entender sua unidade estrutural diante da decadência ideológica da burguesia e suas particularidades regionais como expressão da agudização da destrutividade da sociabilidade do capital. Para isso é preciso retornar à ontologia do ser social, refletir sobre a materialidade da alienação religiosa e entender sua unidade com os processos de desumanização do trabalho e a manutenção da unidade exploração-opressão.

Este é um debate decisivo na atual quadra histórica, incidindo diretamente no nosso entendimento da batalha das ideias, na compreensão sobre aspectos subjetivos e cotidianos da classe trabalhadora, atingindo também e com especial condição o Serviço Social brasileiro. Os impactos para o Serviço Social se consubstanciam em questões determinantes: primeiro, pela ordem estrutural vigente e seu incontornável conservadorismo resultar em percepções reacionárias sobre a questão social; segundo, pelas raízes históricas da profissão, fundada no amadurecimento das contradições de classe do capitalismo monopolista, absorvendo e se apropriando do conteúdo da religião católica como princípio ideológico e formativo; terceiro, pelo avanço conservador no desmonte das políticas sociais, incidindo nos espaços sócio-ocupacionais e nas condições de contratação e condições de trabalho; quarto, pelo fortalecimento do caldo cultural conservador-reacionário reverberar na constituição subjetiva dos

sujeitos históricos, inclusive, entre profissionais assistentes sociais, estudantes e usuários das políticas sociais.

Ontologia do ser social e estranhamento religioso: o fundamento ontológico dos preconceitos fundamentalistas na ordem do capital e sua essência alienada

Para uma construção teórica mais precisa é fundamental entender a religião como práxis social. O conhecimento religioso e a prática espiritual constituem um momento de complexificação do ser social. Assim sendo é, ao mesmo tempo, uma realização da humanização do mundo, onde o ser humano o transforma e busca conhecer e dar sentido a ele e às suas práticas, ao passo que, nessa construção, tece processos de reprodução social a partir de suas condições materiais.

Por isso, não tratamos aqui de um fato social monolítico, sem disputas e contradições. Muito menos de complexos gerais constituídos de amarras para indivíduos supostamente inertes. A complexidade do ser social resguarda alternativas de criação, autonomia relativa e resistência diante das estruturas sociais, expressando em suas práxis limites e possibilidades. Dito isto, nos concentramos aqui nas dimensões ontológicas da práxis religiosa, em sua face capitalista e nas posições hegemônicas de suas instituições nos interesses de classes e na reprodução das opressões.

Em condições materiais alienadas, os processos espirituais também são essencialmente alienados, ou seja, realizados em práxis de desumanização e naturalização de questões eminentemente sociais. Por isso, para apreender esse fenômeno em sua face moderna, é fundamental mergulhar na essência dos complexos sociais e instituições religiosas que superam a lente precedente de um mero pensamento mágico ou de uma práxis espiritual de transcendência, aparecendo na reprodução social de modo muito mais estruturado, com posições, lógicas e interesses mais evidentes e conectados com os processos históricos da ordem do capital

e suas raízes e manutenções históricas do heterocispatriarcado e do racismo.

Essa nova condição da religião neste tempo histórico resguarda dimensões ontológicas de seus processos históricos anteriores, mas é dimensionada por características distintas, numa síntese onde a suprassunção tem elementos radicalmente novos:

O desenvolvimento da práxis humana muito cedo conduziu a observações críticas acerca dessa forma inicial de alienação religiosa. Contudo, apenas no Renascimento e em suas conseqüências ideológicas puderam se elevar a uma generalidade dominante. Com o “cogito ergo sum” de Descartes coloca-se a tendência a substituir essa forma originária de alienação no pensamento do mundo (com todas suas conseqüências para a visão do ser humano, de sua práxis, de sua generidade, etc.) por um modo mais avançado, atualizado que, contudo, permanece uma alienação. Não há nenhuma dúvida de que o surgimento do capitalismo, como vimos, a primeira formação em que os momentos sociais alcançam uma validade relativamente dominante, que afasta sempre mais os resquícios de “naturalidade”, coincide, não por acaso, com esse revolvimento intelectual (LUKÁCS, 2018a, p. 249).

Marx e Engels (2005) já asseveravam que o processo de constituição da sociedade burguesa, tudo que é sólido se desmanchar no ar, por isso, o desvendamento ontológico da religião precisa que tal poeira seja reagrupada no chão da história. É por essa direção que buscamos um panorama das dimensões constitutivas da ontologia do ser social, para pensarmos a substância da dimensão de unidade dialética como princípio metodológico que evidencia questões de suprassunção, contradição e continuidade na descontinuidade na práxis espiritual da humanidade e a particularidade de seu rebaixamento alienado no capitalismo.

A condição de alienação (ou estranhamento)¹ é realizada como

¹ As duas traduções da Ontologia do Social retomam diferenças de entendimento entre alienação e estranhamento. A publicação organizada por Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Fortes (LUKÁCS, 2012/2013) utiliza Entäusserung como alienação e Entfremdung como estranhamento. Já na tradução organizada por Lessa (LUKÁCS, 2018b), o mesmo persevera sua crítica ao que chama de “hegelianização” de Marx, En-

relação social materialmente ancorada e historicamente determinada pelos seres humanos no não reconhecimento de sua própria humanidade, na não identidade com aquilo que é construído socialmente, subsumindo sua existência às condições de desigualdade, apropriação, dominação e mistificação da vida, do mundo social e do próprio ser.

É comum que o debate crítico sobre as religiões perpassa temáticas sobre as opressões, envolvendo reflexões sobre a subjetividade, a cultura, os valores e o cotidiano. Questionar se há uma essência natural, onde instintos determinam sensações e sentimentos ao ponto de direcionar os seres sociais para relações de poder, desigualdade, hierarquia, apropriação e dominação é, em suma, enfrentar os elementos primários do fatalismo burguês. Da mesma forma, indagar uma suposta essência metafísica, que crava no espírito um conjunto de valores imutáveis e impossíveis de serem explicados, é desvendar o caráter irracionalista do ethos hegemônico.

O materialismo histórico e dialético observa o que possibilita a sociabilidade humana, com o seu conjunto de realizações, apreendendo a suprassunção do ser biológico pelo ser social, da capacidade humana de criar o novo, de apreender sua condição e elevá-la em níveis distintos da natureza orgânica e, por isso, ser eminentemente histórico, com suas

gels e Lukács, retomando os argumentos que usou em sua autocrítica em outras publicações, optando por traduzir o binômio *Entäusserung/Entfremdung* por exteriorização/alienação. Questões de traduções e suas derivações nas formulações não são necessariamente meras abstrações academicistas, envolvendo processos para construir sínteses precisas nos desvendamentos do real, no entanto, entendemos que a melhor forma de superar tal problema é partindo da realidade, ou seja, buscando tratar diretamente das questões concretas e, por isso, consideramos contraproducentes os pormenores desse debate. Chamamos de exteriorização (*Entäusserung*) o momento do processo de objetivação, que ocorre em todo ato da criação humana de não-identidade com aquilo que foi criado, posto que é exterior a ele e algo radicalmente novo e não aquilo que está no seu por teológico, ainda que ele esteja no interior dessa unidade sintética. E chamamos de alienação e/ou estranhamento (*Entäusserung e/ou Entfremdung*) a construção social, historicamente determinada, materialmente ancorada na vida social que produz, reproduz e complexifica desumanização, apropriações e coisificação.

relações, culturas, limites e possibilidades gestadas na materialidade da vida.

Esmiuçar o processo da dimensão ontológica, da complexificação, do afastamento das barreiras naturais até a construção de barreiras estranhadas pela estrutura alienada e alienante que determina o modo de vida atual ilumina o entendimento tanto da realização das opressões quanto de como tem se processado a formação da consciência e da individualidade humana na ordem do capital.

Se conseguirmos demonstrar objetivamente que as mais diversas condições de desigualdades que hoje estão naturalizadas foram construídas a partir de determinadas condições sociais historicamente determinadas poderemos também aprofundar sobre as possibilidades emancipatórias.

O espírito sofre, desde o início, a maldição de estar —contaminado pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a própria consciência - a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens [...]. Onde existe uma relação ela existe para mim: o animal não se —relaciona com nada, simplesmente não se relaciona. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação [...]. A consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem os homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

As respostas humanas não partem do nada, não são inspirações metafísicas, nem elementos instintivos. Elas também não são um conjunto de meras respostas aos estímulos do meio, que se apresentam de forma mecânica em repetições a partir do reforço imediato. Há nessa capacidade reativa diante do mundo uma característica singular de possibilidade de projeção, aprendizado e acumulação de conhecimento

coletivo que é potencializado na experiência com o mundo e suas causalidades, se transformado, a partir do mesmo.

A capacidade teleológica do ser humano e sua práxis vivenciada dentro de suas condições materiais é o que determina o ineditismo das relações sociais frente às formas de interações de outros seres da natureza. A natureza social do ser humano executa a iminência da transformação dialética como constitutiva de sua história coletiva, ao mesmo tempo em que se realiza também nas expressões singulares.

Como afirma Barroco (2007, p. 168), dentro da perspectiva marxista-lukacsiana, pelo trabalho o ser humano “[...] amplia sua natureza social e consciente, estabelece a possibilidade de uma existência social aberta para o novo, para o diverso, para o amanhã, instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal.”. Isso ocorre porque o trabalho é a mediação necessária para que a sociedade se desenvolva e crie outros complexos.

Com essas constatações, avançamos no entendimento da relação entre trabalho e reprodução social, uma conexão pautada no real e composta por diferenças e aderências inerentes. O desenvolvimento do ser social se constrói a partir das interações coletivas no processo de busca para cessar os desafios imediatos, próprios das limitadas condições naturais e sociais, para a satisfação das necessidades humanas.

Nesse processo, desenvolvem-se os mecanismos de distanciamento e superação de muitos desses limites, criam-se novos complexos, novos conhecimentos e também novas necessidades, ou seja:

Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação. O que não desmente o fato de que tal satisfação só possa ter lugar com a ajuda de uma cadeia de mediações, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas etc.; e isso porque elas tornam praticamente eficientes forças, relações, qualidades etc., da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer

essa ação, ao mesmo tempo em que o homem liberando e dominando essas forças - põe em ser um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos (LUKÁCS, 1978, p. 6).

Assim, fazer a devida mediação entre trabalho e demais práxis sociais é fundamental, pois a partir disso podemos perceber o lugar e a forma pela qual os chamados valores espirituais (morais, éticos, estéticos, religiosos, entre outros) se engendram e interferem na ação humana, nas suas escolhas e também nas possibilidades de ação, com potencial dependente das condições sócio-históricas, para a transformação individual e coletiva desses valores.

Dentro desses pressupostos, é garantida a construção histórica dos valores hegemônicos da sociedade. São esses valores que fundamentam sua lógica estrutural por meio dos mais diversos formatos e aspectos morais, posto que também são construídos com determinada utilidade.

Tal como o ato de trabalho estrito é norteado por valores, outras práxis sociais também o são; tal como o trabalho engendra valores de uso, a práxis social também gera valores em um plano distinto, onde estes se condensam no costume, na tradição e na moral com suas utilidades específicas.

Nesse sentido, a reprodução social é considerada uma dinâmica de vários complexos (economia, educação, linguagem, moral, ética, política etc.). É essa múltipla interação nesse “complexo de complexos” que movimenta o que chamamos de “sociedade”. É também nessa vertente onde se arregimenta a dimensão ética de criticidade, transformação e sentido coletivo. As alternativas surgem na esteira das contradições e nas particularidades da formação da personalidade dos indivíduos.

Por sua vez, o caráter concentrado na esfera da reprodução, elemento próprio do campo das opressões que, assim sendo, reflete um caráter subjetivo pujante, não exclui desta categoria as suas características objetivas. As expressões do campo das opressões existem na realidade e não são um mero conjunto de simbologias, percepções individuais e

relações singulares. Tais constatações são decisivas para o entendimento da complexidade da religião como práxis do ser social.

Não raramente há um reducionismo sobre a leitura marxista da religião. O fragmento da expressão “a religião é o ópio do povo” é retratado como a centralidade de um argumento que acaba por empobrecer a formulação marxiana e o entendimento das contradições desta práxis. Os processos contraditórios realizados pelo ser social na construção histórica de suas práxis detém avanços humanizados que complexificam as relações sociais ao mesmo tempo em que as condições materiais e suas causalidades, junto com as formas de produção e reprodução da vida vão objetivando o conjunto de valores, visões de mundo de subjetivações em cada momento histórico. O conhecimento religioso, os processos de espiritualidade e as instituições coletivas nesta seara são frutos desse processo.

Assim, a noção de religião aparece como um fenômeno social e histórico, percebido em seus mais diversos aspectos, produto da atividade social humana, como reprodução e mediação de determinados valores e, por último, como espaço de relativa possibilidade para a inquietação, ainda que mistificada, de diversas questões: “[...] a religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o ópio do povo.” (MARX, 2010, p. 145).

É preciso abranger essa dimensão com seu caráter multiforme e capilarizado sobre a esfera cotidiana da religiosidade, em relação ao construto ideológico que advém de determinadas condições materiais e de conhecimento da humanidade e que se transforma e se renova por meio do tempo e do entendimento político das instituições que organizam e fortalecem essa esfera.

Na tessitura entre múltiplos planos da vida social, o reforço da naturalização cotidiana torna-se ainda mais eficaz por meio de complexos e instituições que possam sublinhar o “sentido da vida cotidiana” e suas contradições. Daí a religião ser um complexo

emblemático por sua própria função e natureza social e, por isso, Lukács (2018b, p. 560) considera a:

[...] A constatação de Feuerbach, de que não é a religião que faz o homem, mas o homem que faz a religião, Marx complementa por isso em um modo no qual a alienação religiosa e seu desmascaramento teórico estende-se a um complexo de problemas sociopolítico geral da história da humanidade: «a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. o homem é o mundo do homem, o estado, a sociedade. Este estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. a religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu point d'honneur espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião.

O desvendamento da alienação religiosa para Lukács é fundamental para a crítica de todas as outras alienações que também estão no plano da ideologia. Contudo, isso ocorre não porque dela surgem as cisões, ou por ser ela ser um suposto alicerce das contradições, mas sim, ocorre por seu desenvolvimento a partir do processo de produção e reprodução da vida social em determinado tempo histórico, por sua capacidade de metamorfosear-se, por meio das superações sucessivas ao longo do desenvolvimento da sociabilidade humana e, principalmente, por seu cerne naturalizador de valores:

[...] a religião compartilha com os importantes modos de manifestação do espírito objetivo também aquelas formas de organização, as quais, sem superar a sua qualidade ideológica, conferem também os traços da superestrutura (aparato de poder para o dirimir da crises ideológicas). Sem poder tratar dessa questão na devida amplitude, basta um olhar na realidade histórica para ver que a re-

ligião é um fenômeno social universal; inicialmente - e em muitos casos mesmo muito mais tarde - um sistema de regulação da vida social como um todo; que ela, antes de tudo, satisfaz a necessidade social de regular a vida cotidiana dos seres humanos e, de fato, em uma forma que é capaz, de algum modo, de exercer uma influência direta no modo de vida de todos os seres humanos singulares que entram em consideração [...] Isso produz em toda religião uma certa tendência à universalidade dos meios de influência, da tradição até o Direito, a moral, a política etc. não há nenhuma esfera ideológica influente que a religião não tenha tentado dominar. Enquanto, todavia, - quanto mais desenvolvida a sociedade, tanto mais -, os modos de regulação ideológica necessariamente constituem tendências a generalizações abstrativas, para independentizações intelectuais (pense-se, por exemplo, no desenvolvimento do Direito), na religião não se permite jamais, se ela quer atender suas funções sociais, perder o contato, com frequência muito complicadamente organizado, com os destinos especiais dos seres humanos singulares enquanto seres humanos singulares da vida cotidiana (LUKÁCS, 2018b, p. 570-571).

Seja nas críticas a Hegel ou a Feuerbach, Marx constitui uma noção da religião como construção humana em sociedade, mas que não tem o status de centralidade da vida social, sobretudo no complexo desenvolvido dentro da sociabilidade burguesa. Esse processo vai descortinar tanto a superestimação teórica da religião, quanto descortinar os limites da laicidade pós-revolução burguesa.

Através de tais revoluções, a questão da emancipação religiosa torna-se, portanto, tão resolvida quanto não resolvida: a alteração mostra-se essencialmente no mesmo modo nas esferas todas da vida: »O homem não foi com isso libertado da religião, recebeu a liberdade de religião. Não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio. Apenas a revolução social, que subverte fática e radicalmente as bases reais da vida social dos seres humanos, é capaz de trazer um real solução à alienação religiosa, bem como para todas as formas da vida secular dos seres humanos: Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual, - na sua vida empírica,

no seu trabalho individual, nas suas relações individuais - se tornou ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou suas forças próprias como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política - só então está consumada a emancipação humana. Com tudo isso surge, não apenas uma grande perspectiva histórico-mundial para a superação da alienação religiosa, mas ao mesmo tempo um significativo quadro geral de todas as alienações produzidas socialmente. A religião não cessa, com isso, de ser uma forma importante das alienações humanas, é apenas inserida nas conexões sociais como um todo de todas as alienações (LUKÁCS, 2018b, p. 561-562).

Dessa forma, seu interesse no debate da religião é perceber a natureza e os limites da ontologia desenvolvida neste âmbito, sua transformação e unificação aos paradigmas da modernidade, convivendo ao lado da ciência burguesa e, por último, mas não menos importante, a sua existência contraditória e complexa como coparticipante da reprodução ideológica dentro do cotidiano dos indivíduos.

Pensemos no panorama que fizemos anteriormente sobre a realidade política brasileira e os exemplos de posicionamentos conservadores espalhados em sujeitos, formas e instituições distintas e recordemos como a religião se faz protagonista politicamente tanto na sociedade civil como na sociedade política, numa clara disputa hegemônica dentro do Estado ampliado para reforçar valores e concepções, arrefecendo outras compreensões de grupos distintos na disputa política.

Atentemos que a discussão não se finda apenas no moralismo em relação à sexualidade de mulheres e homens, suas orientações, suas identidades de gêneros e práticas afetivo-sexuais. Elas perpassam as estruturas históricas da colonização europeia, momento fundamental da acumulação primitiva do capital, revitalizando o racismo forjado na escravidão dos povos africanos, potencializando as desigualdades históricas. Por fim, tal construção edifica a hegemonia política e não somente a parte de uma vontade meramente individual de um líder

religioso, mas por uma lógica intrínseca à natureza social das instituições em questão.

A capacidade das instituições religiosas de se reinventarem, desenvolverem mecanismos de propagar seu poder ideológico no cotidiano dos sujeitos, se alia ao poder político construído pelas lideranças dessas instituições. O conservadorismo se estabelece maleável aos rearranjos necessários e à sua capacidade de manter sua força e direção a partir da conjuntura, seja para o reacionarismo, seja para o reformismo. Política, religião e preconceitos cotidianos aparecerão de maneiras, formas, intensidades distintas e desordenadas, mas frutos de um mesmo processo.

Quando a conjuntura favorece ao capital, as particularidades diversas das questões envoltas no plano da cultura tomam contornos distintos. A funcionalidade das desigualdades finca seu alicerce na materialidade, nessa explícita desefetivação humana calcada no não reconhecimento do outro como congênere, na lógica da posse e da coisificação, mas também numa expressão funcional e explícita ao modelo de exploração e acumulação capitalista.

Quando Mézáros (2004), na introdução de *O Poder da Ideologia*, nos provoca trazendo os sinônimos das palavras “conservador”, “liberal” e “revolucionário” a partir de um dicionário, ele nos mostra o quanto é simbólico e como deve ser cuidadoso o entendimento dos valores culturais perpetuados em todas as esferas da vida social.

De fato, é algo deveras revelador quando, numa publicação supostamente objetiva, que mostra “[...] o real significado das palavras [...]”, o termo “conservador” apareça com sinônimos como de “[...] comedido, discreto, de bom gosto, despretensioso, moderado, quieto, sóbrio, prudente, regrado, equilibrado, reservado.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 54), ao passo que “liberal” vem, em seguida, significando “[...] aberto, avançado, despreconceituoso, indulgente, progressista, radical, tolerante, generoso, mão-aberta, pródigo, abundante, exuberante.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 54) e, por último, “revolucionário” é apresentado como “[...] enfurecido, extremista, extremo, fanático, radical, ultra [...]” (MÉSZÁROS, 2004).

O que o autor problematiza e traz à tona é o quanto tudo está “impregnado de ideologia” (nas próprias palavras dele). Assim, pensar em preconceitos e em conservadorismo é refletir sobre um processo complexo e amplo para a manutenção de algo.

A ideologia não trata de uma esfera que se limite a um falseamento do real; embora esse possa ser uma expressão daquilo, pois é algo muito mais profundo, com função social clara e que guarda em si força, intensidade, contradições e possibilidades de disputas concernentes ao tempo histórico dela.

As afirmações positivas e não tão distantes do que é ser “conservador” e “liberal” sugerem também a reveladora proximidade de tais posicionamentos nos limites da sociedade burguesa, posto que a negatividade do que é ser revolucionário igualmente demonstra que a dinâmica da sociabilidade atual constrói exatamente um bojo no campo das ideias que busca reforçar os limites de transformações profundas na sociedade.

Nesse sentido, o campo de manutenção e progresso no âmbito dos direitos fica circunscrito aos limites da sociedade capitalista, do Estado moderno e da democracia liberal como esfera máxima e possível. As dissidências, a partir desse prisma, vão suprimir aquilo que parece admissível e que pode ser assimilado pela ordem do capital, isto é, que precisa aquecer a acumulação e o mercado.

Flutuar entre o reacionarismo e o reformismo é a forma ideal para administrar manutenções, regressos e mudanças no plano da reprodução social para a ampliação da hegemonia burguesa, o que perpassa pela dilatação ou supressão de direitos de segmentos para além das classes, como mulheres, negros, imigrantes, homossexuais etc.

Um período contrarrevolucionário tão extenso quanto este que vivemos opera um efeito simétrico. Mascara as contradições e insere, tanto nos atos individuais quanto nos processos sociais, necessidades, possibilidades e alternativas centradas no indivíduo cindido do processo histórico mais global. Os processos valorativos são, nessa circunstância, permeados pelo individualismo, a ciência exerce sua função social em meio a nuvens de preconceitos e

crendices, a reflexão estética se dissolve pela falta de conteúdo; em uma palavra, a reprodução da sociedade e dos indivíduos se fixa na particularidade estreita e mesquinha da propriedade privada. É a efetivação plena da alienação entre o singular e o social, entre o indivíduo e o gênero humano que Marx, em *A questão judaica*, caracterizou tão precisamente como a cisão *citoyen/bourgeois* (LESSA, 2012b, p. 77).

Se exploração e opressões unem, ora diretamente, ora e, cada vez mais, mediadas pelos complexos de complexos da sociedade contemporânea, a formação e disseminação dos valores que sublinham tais fenômenos se consolidam em esferas e instituições diversas e garantem sua eficácia desde as densas correntes teóricas do pensamento social, passando pela faceta política de modelo de Estado e sua administração, até chegar ao cotidiano dos indivíduos através de muitas instituições ao longo de sua socialização com a família, a escola, a mídia, a religião, onde:

A ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, dos mais baixos aos mais refinados. De fato, há muitos modos pelos quais os diversos níveis do discurso ideológico se intercomunicam. [...] Compreensivelmente, a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicados às questões defendidas pelos defensores da ordem estabelecida (MESZÁROS, 2004, p. 59).

O conservadorismo aparece de várias formas, assimila e é assimilado pelas condições dos novos tempos com a facilidade daquilo que deve ser naturalizado para que não se mude o essencial. Esse fenômeno germina, seja no campo da ciência ou da política, mas se revela também e mais fortemente na esfera do cotidiano, por meio dos valores que constroem os preconceitos mais arraigados em nossa sociedade. É neste complexo como as religiões judaico-cristãs ganham

contornos privilegiados de manutenção do *status quo*, dificultando os setores que buscam disputar internamente e se posicionando socialmente contra a diversidade de práticas espirituais que sejam distantes de sua cosmovisão.

Portanto, se as disparidades não se limitam ao plano material, também as conexões que ligam preconceitos, conservadorismo, ideologia e desigualdades não se encerram nesses planos. A propagação religiosa de preconceitos e desvalores acontecem de maneira complexa, tal qual é a necessidade de propagação de um ethos que abarque tantas mediações como na sociabilidade contemporânea. A esfera do cotidiano como um espaço com dimensão insuprível da sociabilidade é também e principalmente o espaço da imediatividade e da superficialidade, onde a naturalização das questões aparece.

Se as proposições lukacsianas nos permitem compreender a essência das questões religiosas ao evidenciar, em suma, um atributo que chega à mitificação da ontologia do ser social e, a partir disso, reproduz a naturalização de tudo aquilo que foi construído socialmente sob determinações específicas, o entendimento do plano das disputas ideológicas e políticas nos coloca a possibilidade de desenvolver uma reflexão sobre essa linha tortuosa e fluida que se reproduz entre instituições, doutrinas e os dimensionamentos cotidianos de suas crenças. A leitura da atual conjuntura brasileira requer a lente ontológica, a recuperação da formação sócio-histórica do Brasil e a síntese que desvenda a conexão nada circunstancial entre as lideranças fundamentalistas e o projeto de poder do capital.

A cruz e a espada da barbárie brasileira: crise do capital, conjuntura e os tentáculos do conservadorismo religioso

No ano de 2013 tratamos do tema do “neoconservadorismo” religioso num estudo sobre a formação profissional de Serviço Social².

²A pesquisa “Serviço social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político” foi realizada no programa de pós-gra-

Naquele estudo desvendamos as mediações do fenômeno como um processo materializado no cotidiano dos sujeitos, oriundo do complexo da reprodução social e que, em última instância, se desenvolveu sobre a base material e histórica, se complexificando no conjunto de ideias, valores, instituições que reproduzem a desefetivação humana.

Nessa trajetória de pesquisa encontramos as primeiras mediações do estranhamento religioso e, para além dele, das opressões estruturantes que se transmutam em unidade com a exploração da força de trabalho. Ali realizamos os princípios do debate que agora aprofundamos, tratando a categoria alienação como dimensão ontológica dos processos de exploração-opressão, pela naturalização dos elementos historicamente alicerçados no advento da propriedade privada e complexificados na sociedade do capital.

Aquele foi o ano das mobilizações de massa contra os impactos sociais da Copa do Mundo da Fifa, processo disparado pelos atos populares contra os aumentos das passagens do transporte coletivo na capital do estado de São Paulo que desencadeou, primeiramente, num elo de aglutinação de movimentos sociais que vinham se organizando contra as desapropriações promovidas no curso dos megaeventos internacionais no país e, posteriormente, constituindo uma miscelânea de pautas e direções ideológicas por uma multidão difusa. A indignação coletiva diante da repressão policial hipertrofiou as manifestações que, paulatinamente, virou um palco midiático para a capitulação conservadora e moralista, disputando os rumos de sua massificação.

Naquele momento, as esquinas, as televisões e a vida cotidiana já estavam abarrotadas de conteúdos políticos e demandas espalhadas, disputadas e organizadas por setores do fundamentalismo religioso judaico-cristão. O aquecimento conjuntural dos anos posteriores foi temperado pela despolitização, fincado nas raízes da formação sócio-histórica do Brasil com seus galhos pivotantes e tubulares entremeados do racismo, do heterocispatriarcado e da ideologia ultraliberal em sua faceta neopentecostal.

duação de Serviço Social, Trabalho e Questão Social da UECE -Ce, concluída em 2013.

O esgotamento do projeto democrático-popular nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) vai se processando numa escalada de respostas insuficientes para as demandas do capital em crise, desvelando uma jornada golpista que se constitui desde o questionamento do resultado das eleições presidenciais de 2014, passando pelo processo de impeachment da candidata reeleita, Dilma Rousseff, em 2016, o aprisionamento do ex-presidente Lula da Silva e o impedimento de sua candidatura em 2018, culminando num cenário eleitoral favorável aos setores conservadores, reacionários e ultraliberais que balizavam o projeto presidencial de Jair Messias Bolsonaro.

O quadro de polarização dos debates cotidianos aprofunda a despolitização, recheando conteúdos rasos com violência, falseamento ideológico e promoção de preconceitos enquanto se aprofunda a desigualdade social. A crise econômica mergulha a classe trabalhadora em condições de desemprego, fome, miséria, enquanto mantém os lucros do capital e sustenta materialmente os sujeitos promotores do projeto econômico ultraliberal de cariz moralista, com tendência autoritária e destrutiva.

A miséria de pessoas convive com a opulência de grandes corporações numa conjuntura onde, ao mesmo tempo, há recordes em colheita e em número de famintos. O Mapa da Desigualdade de 2022 (CHANCELL *et al.*, 2021) demonstra que os 10% mais ricos do planeta capturaram 78% da riqueza produzida. Em contrapartida, o estudo aponta que mais da metade da população mundial fica com apenas 2%. Os pesquisadores demonstraram ainda que o continente africano é o mais desigual, em oposição à Europa, onde o índice de desigualdade é o menor. Na América Latina os 10% mais ricos ficam com 55% da riqueza.

As contradições evidentes nas estatísticas são inumeráveis no cotidiano dos explorados e oprimidos. Fruto de um processo histórico das contradições do capital, a atual conjuntura revela o apogeu da barbárie em suas nuances materiais e ideológicas.

A necessidade de manutenção da lei geral de acumulação e seu irremediável pilar de ampliação do lucro aponta para alternativas de aprofundamento da exploração pela composição orgânica do capital, sofisticando o processo produtivo em tempos de alta tecnologia, pelo fortalecimento do caráter destrutivo do meio ambiente globalizado e pela necessidade de os Estados assumirem suas tarefas mais evidentes de coerção e consenso para a manutenção da hegemonia burguesa.

O fortalecimento de uma cultura política autoritária³, explicitamente intolerante e comprometida com os interesses do capital é marca mundializada que se agudizou nos últimos anos. A coalizão de setores ultraliberais, moralistas e extremistas de direita realizam o processo de minimização do Estado para os direitos da classe trabalhadora, maximizando uma lente apontada para o interesse do capital financeiro, para a repressão das lutas sociais e para a instrumentalização do aparato do estado para discursos e práticas irracionais, preconceituosas e discriminatórias.

O rebaixamento de horizonte das lutas coletivas permite ainda que os setores críticos e de oposição se concentrem, majoritariamente, na ampliação de discursos centrados na inclusão via mercado, nas análises possibilistas e nos processos minimalistas diante da situação naturalizada pelas manifestações de violência e ampliação das desigualdades. O reformismo rasteiro se articula com leituras culturalistas das expressões

³ Sobre essa escalada conservadora, reacionária e protofascista Lowi (2019, p. 1-2) sintetiza: "Trump (USA), Modi (Índia), Urban (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas), e agora Bolsonaro (Brasil). Mas em vários outros países temos governos próximos desta tendência, mesmo que sem uma definição tão explícita: Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão, (Shinzo Abe), Áustria, Polônia, Birmânia, Colômbia, etc. [...] cada país esta extrema direita tem características próprias: em muitos países (Europa, Estados Unidos, Índia, Birmânia) o "inimigo" - isto é, o bode expiatório - são os muçulmanos e os imigrantes; em certos países muçulmanos são minorias religiosas (cristãos, judeus, yezhidis). Em alguns casos predomina o nacionalismo xenofóbico e o racismo, em outros o fundamentalismo religioso, ou então o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais. Apesar dessa diversidade há alguns traços comuns à maioria, senão a todos: o autoritarismo, o nacionalismo integral - "Deutschandüberalles" e suas variantes locais: "AmericaFirst", "O Brasil acima de tudo", etc. - a intolerância religiosa ou étnica (racista) contra o "Outro", a violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade."

da barbárie contemporânea, numa adesão política por discursos novos e práticas reativas dentro da ordem, atuação própria de lógica individualista, particularista e pós-moderna que

[...] opera apagando as pistas que seriam necessárias para compreender o mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que o suposto fim do trabalho e das classes sociais apaga a necessária reflexão sobre a constituição de um sujeito histórico capaz de mudar esta sociedade e apontar para uma alternativa histórica. Da mesma forma, o mito da economia de mercado e do Estado liberal democrático obscurece os caminhos necessários de uma ruptura política que materialize essa mudança societária urgente e necessária (IASI, 2017, p. 38).

Na particularidade brasileira, as eleições de 2018 consolidaram a sintonia do descompasso antiemancipatório, acelerando elementos que vinham se constituindo na articulação entre medidas econômicas regressivas para a classe trabalhadora, valores conservadores e enfraquecimento das instituições democráticas. A potencialização das opressões vem instrumentalizada por setores que buscam a manutenção da concentração de riqueza, articulando os interesses imperialistas e se baseando nas raízes materiais e históricas coloniais, racistas, heterocispatriarcais e dependentes.

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, sua plataforma de governo comprometida com o ataque aos direitos humanos e a materialização de seu projeto antipovo, além do fortalecimento desses setores políticos em espaços dos poderes legislativo e judiciário e nos âmbitos estaduais e municipais, demonstram que a articulação entre a gestão do Estado, os valores interpostos no cotidiano dos sujeitos e a hegemonia do capital são uma unidade inerente.

A miséria da razão (COUTINHO, 2010) eleva a dimensão mais desumanizada dos construtos ideológicos para reproduzir sob todas as dimensões do irracionalismo burguês a promoção de qualquer medida

que mantenha a estrutura social da exploração em pé mesmo em tempos de crise.

A “destruição da razão” não é superação do racionalismo burguês, mas seu esgotamento em sua faceta supostamente civilizatória, sendo aprofundada em suas mais agudas formas de alienação. Sendo o irracionalismo uma forma particular de ideologia reacionária não é uma surpresa que o negacionismo, a intolerância, os processos de violência que saltam ao cotidiano conjuntural constituam expressões significativas do complexo da barbárie do capital em crise. Lukács (2010, p. 68) sintetiza teoricamente que

[...] o irracionalismo como concepção do mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas s promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e o aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela - sempre mais intensamente - aos piores instintos humanos; as reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem capitalista. Se as mentirosas fórmulas demagógicas do fascismo, invocadoras do “sangue do solo”, puderem encontrar uma tão rápida difusão nas massas pequenas-burguesas seduzidas pelo fascismo, é grande a responsabilidade que recai objetivamente sobre a filosofia e a literatura da decadência, que evocam estes instintos embora na maioria dos casos, não pensassem que deles faria o fascismo, e até mesmo, muito frequentemente, as condenassem com indignação”.

Para entendermos como tais ideias ganharam força na sociedade civil brasileira, sobretudo em parcelas dos setores populares, do papel de setores de lideranças religiosas judaico-cristãs e de como isso tem fortalecido opressões históricas é preciso refletir sobre a estrutura da hegemonia e sua retroalimentação ideológica para além da política formal, ou seja, os diversos complexos ideológicos, instituições e

ambientes importantes para a propagação e reprodução da cultura e valores do *status quo*.

Isso significa, também, compreender as diversas particularidades e recortes existentes no interior das classes sociais e como tem se processado a reprodução de opressões, as estratégias de enfrentamento, a compreensão de sua existência pelos setores organizados politicamente e como o capital tem absorvido essas contradições.

Pesquisas apontam que movimentos organizados de propagação de discursos intolerantes, crimes de ódio e outras práticas violentas e preconceituosas cresceram substancialmente ao longo das últimas décadas. A antropóloga Adriana Dias (2005, 2008) realizou um estudo contínuo desde os anos 2000 demonstrando a elevação da força quantitativa de grupos que promovem preconceito e a defesa da lógica neofascista/neonazista, realizando uma miscelânea de práticas e discursos sobre as opressões, conteúdo discriminatório, ao mesmo tempo que articulam ideias econômicas neoliberais. Em matéria jornalista de 17 de janeiro de 2022, dados atualizados revelam esse apogeu:

Um mapa elaborado pela antropóloga Adriana Dias, que se dedica a pesquisar o neonazismo no Brasil desde 2002, mostra que existem pelo menos 530 núcleos extremistas, um universo que pode chegar a 10 mil pessoas. Isso representa um crescimento de 270,6% de janeiro de 2019 a maio de 2021. Entre os grupos extremistas, os neonazistas são a maioria. Adriana explica que eles têm semelhanças entre si: “Eles começam sempre com o masculinismo, ou seja, eles têm um ódio ao feminino e por isso uma masculinidade tóxica. Eles têm antissemitismo, eles têm ódio a negro, eles têm ódio a LGBTQIAP+, ódio a nordestinos, ódio a imigrantes, negação do holocausto”, enumera (O SUL, 2022).

A promoção de cunho protofascista também se articula com bandeiras defendidas por organizações liberais que se estabeleceram na década de 2010 no Brasil, assumindo protagonismo nas ações de mobilização nas ruas, na internet e na política formal nos últimos anos. Esse processo fica mais evidente na guinada à direita em meio às

manifestações conhecidas como Jornadas de Junho de 2013 e nas mobilizações pelo processo de impeachment da, então, presidente Dilma Rousseff, desembocando nas manobras golpistas de cunho midiático, jurídico e legislativo de 2016.

Tais organizações (como Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua, Instituto Millenium e outros) usam os preceitos de autores do (neo)liberalismo do século XX, articulando sua agitação política com valores moralistas, sensacionalistas, sintonizados com a intolerância e potencialização das opressões. Segundo Santos (2018, p. 15-16)

O fortalecimento das ideias de von Mises está inscrito no avanço do conservadorismo no Brasil. O momento de recessão econômica e de crise política abre margem para o ideário desse liberalismo “puro”, militante, como contraponto à política petista da primeira década do século XXI. Ou seja, do fortalecimento do pensamento conservador, como forma de preparar ideologicamente a população para um processo mais intenso e explícito de retirada de direitos e arrocho salarial. [...] Além do já mencionado processo de impeachment, outras pautas desse conservadorismo são: pedidos de intervenção militar na política institucional; declarações de ódio a comunistas, que aqui são sinônimos de repúdio a qualquer organização minimamente identificada com o pensamento de esquerda e de repúdio ao reconhecimento de direitos dos movimentos sociais, tais como da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), do movimento feminista, de negros e de negras, de índios, dentre outros.

Esse recrudescimento do pensamento e das práticas conservadoras⁴ (e reacionárias) no Brasil e no Mundo, em diversos âmbitos da vida social, tem colocado em xeque conquistas históricas da classe trabalhadora e dos setores historicamente oprimidos. O processo se evidencia em perdas legais, materiais e simbólicas, além de ameaçar

⁴Escorsim Netto (2011) fala do surgimento do pensamento conservador como resposta dos valores remanescentes do feudalismo diante da ascensão capitalista. No entanto, com a burguesia madura e consolidada no poder, o conservadorismo passa a ser o conjunto de ideias que defendem, reforçam ou mistificam a sociedade da exploração do trabalho livre e todo o seu processo de produção e reprodução social.

acúmulos teóricos e políticos na ampliação de reflexões coletivas acerca do combate às opressões e fortalecimento dos direitos humanos.

Souza (2019) analisa o papel político de lideranças evangélicas na propagação de um ideário moral exclusivo que busca sufocar a diversidade de pensamento na educação brasileira. A autora destaca a campanha pelo projeto de lei “Escola Sem Partido” como um momento aglutinador do moralismo religioso e dos setores liberais, num arranjo tático que buscou dilapidar o pensamento crítico nos espaços de formação da infância e da juventude. Tal experiência maturou táticas de agitação política que passaram a ser um padrão de propaganda para o uso eleitoral posterior, como a ideia de “ideologia de gênero”, a multiplicação de notícias falsas nas redes sociais na internet e o anticomunismo histórico como sinônimo de oposição às liberdades democráticas e à diversidade.

Arruda et al. (2020) sublinham o protagonismo do fundamentalismo religioso na disputa eleitoral brasileira. O crescimento das bancadas evangélicas no âmbito legislativo nacional e nas assembleias estaduais é um fenômeno de fôlego histórico. Tal sucesso potencializou o acúmulo de conhecimento da lógica partidária, fortaleceu lideranças em diversas siglas, construiu um capital político importante que se alia ao poder econômico e amadurece a capacidade aglutinadora e desenvolvendo possibilidades de aliança com os setores da renovação carismática da religião católica e dos arranjos pragmáticos com grupo fora da religião, mas que buscam a agitação moralista como espaço de propaganda.

Py (2020) destaca o aprofundamento das pautas evangélicas no governo federal, impulsionando políticas que atacam a vida da população sob a égide do discurso religioso. O autor analisa a atuação governamental na pandemia de covid-19, destacando a centralidade das posições negacionistas para a validação do projeto político violento, com o teor que ele adjetiva de “cristofascista”. Dentro desse processo a construção conservadora e reacionária vai edificando um lócus importante para administração política da crise do capital. O liberalismo econômico em sua faceta

de ideologia decadente assume a pujança do discurso conservador para suplementar sua agenda.

O caldo cultural que tempera a intolerância religiosa no Brasil ataca não somente a diversidade das religiões, a laicidade e às práticas espirituais historicamente marginalizadas, mas se assevera como um instrumento de organização do conservadorismo brasileiro que busca um projeto intenso de ataques às conquistas populares e à organização dos movimentos sociais e, também por isso, se conjugam com as pautas mais radicais do neoliberalismo.

Compreendendo esse fenômeno numa perspectiva mais ampla Iasi (2017, p. 380) salienta que

[...] o conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagonônicos que formam a sociabilidade burguesa.

Assim, o conservadorismo revela um abissal constructo ideológico que promulga a permanência daquilo que é basilar para a manutenção da hegemonia dos privilégios cotidianos de determinados setores da sociedade, isto é “[...] o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor.” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Para isso, as táticas e estratégias utilizadas são as mais variadas e vão desde o discurso nostálgico de um suposto passado de mais coesão social, pautado na repressão e na defesa dos “bons costumes”, até a reprodução de um viés conformista que assevera os limites contemporâneos, colocando que tudo o que é possível já foi ou está sendo feito, numa perspectiva de combate às opressões por um cunho liberal e pragmático.

A lógica de ataque aos direitos, a ampliação de uma perspectiva repressiva por via do Estado e a afirmação fatalista diante das condições

de vida da classe trabalhadora são elementos funcionais às tarefas impostas para a manutenção da hegemonia burguesa. Por isso, no plano político e ideológico, a luta contra as opressões se depara com o fortalecimento dos setores mais conservadores nos âmbitos econômicos, morais, e da política formal que visam a minar quaisquer das intenções de superação, sejam das consequências coevas, sejam das opressões mais arcaicas.

O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação malfeita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, é uma expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que tem por fundamento as relações sociais determinantes (IASI, 2017, p. 382).

Dessa forma, o apelo do capital e dos setores médios para a administração estatal por vias políticas conservadoras e reacionárias, expressas no Brasil e no mundo, atacando direitos sociais e as liberdades democráticas, atinge o cotidiano de trabalhadores/as que tem cor, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, origem geográfica e culturas particulares. Articulando uma reflexão sobre a conjuntura brasileira e europeia Löwy (2015, p. 662-663) coloca que:

[...] o que é comparável na extrema-direita francesa e brasileira são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário: I) A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a reestabelecer a pena de morte: é o caso na Europa da extrema direita e no Brasil da ‘bancada da bala’, fortemente representada no Congresso. II) A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil”.

Não por acaso a ideologia burguesa lança mão de análises moralistas para a manutenção das taxas do lucro e amortecimento organizativo do processo de resistência popular. A decadência ideológica e o esgotamento das manobras possíveis dentro da emancipação política contornam os limites das lutas sociais circunscritas às táticas imediatas e com estratégias embarreiradas pela ordem social do capital.

Dos púlpitos das cátedras ou das catedrais, dos bancos ou das bancadas, das piadas infames ao relativismo das desigualdades impera a explosão de violações mascaradas de neutralidade, boa vontade ou explicitamente agressivas. Entre a patologização da questão social, a normalização da exploração e das opressões, a medicalização da vida, a moralização da barbárie, a criminalização da divergência e a política de extermínio de setores oprimidos caminham as alternativas hegemônicas do bloco histórico estabelecido.

O fortalecimento de uma lógica militarizada no cotidiano, o espraçamento do fundamentalismo religioso marcadamente neopentecostal e o descrédito na política formal são fenômenos acompanhados pela esterilidade de diversos sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos no enraizamento das massas e na construção de uma outra cultura no seio das classes subalternas.

O fascismo clássico, radicalização do poder do estado burguês como alternativa violenta, explícita e evidente às crises do capital da época - primeiras décadas do século XX - foi articulado por uma necessidade histórica que perdeu hegemonia frente ao keynesianismo-fordismo. Essa possibilidade adormecida nunca morreu enquanto possibilidade, muito menos sufocou seus elementos ideológicos e, por fim, não impediu que o autoritarismo e a agressividade com os oprimidos permanecessem nos países democráticos no pós-guerra e reavivasse novas manifestações de seus princípios após o apogeu neoliberal.

O profascismo contemporâneo revela nuances importantes que manifestam a agudização do papel do Estado para o capitalismo destrutivo, que consolida a minimização para os direitos e políticas

sociais e a maximização para a repressão à resistência coletiva e estruturação do lucro do capital, seja pelo financiamento direto com o fundo público, seja como base estruturada para ampliação da mais valia absoluta e relativa.

O binômio força-consenso (GRAMSCI, 2000) se faz presente no cotidiano. Ele se espalha na violência autorizada contra a diferença e a divergência. A trágica forma limitada da democracia representativa e as distorções potencializadas pela mídia, pelo fundamentalismo religioso e pelo mercado carregam de bandeja uma consciência reificada que legitima as opressões, cassam direitos, dilapidam políticas sociais.

Quando a conjuntura promove riscos à hegemonia burguesa cabe ao Estado aprofundar medidas rumo à manutenção da ordem. Assim, o complexo estatal pode sobressair dos limites democráticos, trajetória autoritária já anunciada em meados do século XIX, no 18 de Brumário de Luís Bonaparte (MARX, 2011), mas amortecida pela luta de classe no apogeu do Estado Social Europeu nos pós-guerra do Século XX. Na atual conjuntura brasileira, a defesa e propagação de sua característica autocrática não passa pelas estruturas clássicas, mas por mecanismos de hegemonia contemporâneos como a mídia, a internet e em outros elementos do cotidiano.

O complexo estatal, nada obsoleto e muito mais estratégico, constitui seu alicerce na valorização ideológica de minimalização das políticas sociais, de militarização da vida, de profusão (neo)conservadora e reacionária como expressões de um projeto de sobrevivência do capital. Assim, o silenciamento diante de tantas questões que fazem parte da produção e reprodução da cultura e dos valores do nosso povo tem sido uma forma de obscurecer contradições, romantizar desigualdades e vilipendiar possibilidades de diálogo.

O fundamentalismo religioso em sua faceta ultraliberal assume a linguagem do individualismo burguês via a teoria da prosperidade, os instrumentos da cultura de massa e as táticas de propaganda e agitação política para disputar a consciência da classe trabalhadora num processo de naturalização das desigualdades historicamente determinadas no

Brasil. Uma cultura racista, machista e lgbtfóbica constitui uma agenda moral do projeto político de administração das tarefas regressivas do Estado Burguês em sua máscara ultraliberal, condicionando a organização religiosa como lócus estratégico de desmobilização da resistência, sufocamento da diversidade e da crítica emancipatória.

À guisa de conclusão: superar o estranhamento religioso é religar-se com a luta emancipatória

Analisando a formação sócio-histórica do capitalismo, sua dimensão heterocispatriarcal e racista, revelamos que o aspecto moralista não é somente uma “cortina de fumaça” para o apogeu de construções econômicas ultraliberais, nem somente um recurso de desvio de atenção diante da escalada autoritária e da necessidade de acobertamento de fisiologismos político-partidários. A unidade entre a agenda conservadora-reacionária e o ultraliberalismo é a materialização ideológica da unidade exploração-opressão, revelada nestas condições pela crise estrutural do capital, por sua destrutividade e por sua agudização da alienação.

Desvendar as contradições entre a necessidade das práxis espirituais historicamente determinadas pelo ser social diante das questões de classes que atravessam as instituições religiosas é uma tarefa fundamental para entender a conjuntura do capitalismo brasileiro e do estágio da consciência da classe trabalhadora. É preciso conceber o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, sua constituição num processo de reprodução social ampla, concreta, contínua e dependente que tem a unidade exploração-opressão sedimentada na materialidade da vida social, onde expressa e retroalimenta valores socialmente construídos e coletivamente cultivados nas mais distintas práxis. Nessa direção, a manifestação religiosa, sua organização institucional e as expressões políticas cotidianas precisam ser analisadas nesta complexidade.

O projeto político de administração dos estados em tempos de crise flerta com o golpismo na superestrutura, mantendo em sua órbita

os lumpen-políticos que se alimentaram do vazio conjuntural, parte substantiva dos setores armados da segurança pública dos Estados e o fundamentalismo religioso. O coquetel trágico entre décadas de ausência de formação de base, distanciamento dos movimentos sociais, partidos e instrumentos de luta do cotidiano, mais o aparato repressivo do Estado, o apogeu midiático conservador, a interferência imperialista e a tradição da formação sócio-autoritária, golpista, racista, machista e elitista é algo até hoje pouco compreendido e mal explicado.

Esse processo é também um exercício pedagógico que demonstra o grau de conservadorismo da sociedade, o quanto os processos de espraiamento dos aparelhos ideológicos do reacionarismo conseguiram enraizar desvalores em nossa população e como as bolhas virtuais, políticas e acadêmicas precisam enfrentar seus limites e buscar as pessoas reais, com seus limites de consciência e suas reproduções das opressões.

Por isso, a resistência à barbárie do projeto de poder hegemônico só poderá vir da capacidade coletiva, historicamente determinada, promovida pelos coletivos organizados capazes de enxergar na realidade, na diversidade e na criatividade de nossos pares o processo de ampliação da consciência de classe.

Religar a luta coletiva é profanar o capital, dessacralizar seus processos de exploração, opressão e violência, buscando uma conexão coletiva por uma vida com sentido. Diante desse quadro, os desafios da disputa de hegemonia em terra arrasada se realizam na tarefa de não repetir os erros interpostos no rebaixamento de horizonte emancipatório e nem constituir uma análise meramente abstrata da conjuntura. Há que se buscar o chão da realidade, as frestas do cotidiano e impedir a degeneração do contra-hegemônico, buscando as mediações para seu enraizamento a partir de pautas concretas e da realidade cotidiana da classe trabalhadora, partindo do dia-dia dos sujeitos, mergulhando em nossos afetos, em nossos lugares, desmistificando as impossibilidades deles, descortinando a zona de conforto dos privilégios e a zona de desconforto das violências.

Referências

AHMED, Nabil et al. **A Desigualdade Mata**. Reino Unido, Grã-Bretanha: Oxfam Internacional, 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdademata>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ARRUDA, J. D. A. Influência dos discursos religiosos evangélicos na campanha presidencial de 2018 no Brasil. **Último Andar**, [S. l.], v. 23, n. 35 jan-jun / 2020, p. 3 - 22. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/48447>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651. out./dez. 2015

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. **World Inequality Report 2022**. Paris1; World Inequality Lab, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/01/WIR_2022_FullReport.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

DIAS, A. A. M. **Links de ódio: Uma etnografia do racismo na Internet**. 2005. TCC (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2005.

DIAS, A. A. M. **Os anacronautas do teutonismo virtual: Uma etnografia do neonazismo na Internet**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2008.

DIETRICH, Ana Maria. Organização política e propaganda nazista no Brasil (1930-1945): o nazismo tropicalizado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina, PR. **Anais**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2005. p. 1-8. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7120>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2007.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IASI, M. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017

LESSA, S. **Mundos dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

LOWI, M. **Neofascismo: um fenômeno planetário - o caso Bolsonaro**. São Paulo: A Terra é Redonda, 2019. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwXKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. 2.ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para a ontologia do ser social: obras de Georg Lukács**. v. 13. Tradução Sérgio Lessa. Revisão Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social volume 14**. Tradução Sergio Lessa. Revisão Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro II. v. 3. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- NETTO, L. S. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- O SUL. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos. **O Sul**, Porto Alegre, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://www.osul.com.br/grupos-neonazistas-crescem-270-no-brasil-em-3-anos/>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- PINHEIRO, P. W. M. **Serviço social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto**

ético-político. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) - UECE, Fortaleza, 2013.

PY, F. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

SANTOS, L. M. dos. **Ludwig von Mises como arma política da extrema-direita brasileira**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, A. S. Religião e Educação: as marcas doo fundamentalismo religioso no Programa Escola sem partido. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 09-33, ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/42473>. Acesso em: 28 abr. 2022.